CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADJUDICAÇÃO

"AQUISIÇÃO DE CAMIÃO LIMPA FOSSAS"
Aviso POSEUR 12-2021-16

(De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos)

MARÇO DE 2022

ÍNDICE

PARTE I - ESPECIFICAÇÕES JURIDICAS 3

CAPÍTULO I - DISPOSIÇOES GERAIS 3

SECÇÃO I – CONTRATO 3

Cláusula 1ª Objeto 3

Cláusula 2ª Contrato 3

Cláusula 3ª Prazo 4

Cláusula 4ª Preço base 4

Cláusula 5ª Preço base anormalmente baixo 4

CAPÍTULO II - Obrigações contratuais 5

Secção I – Obrigações principais do fornecedor 5

Cláusula 6.ª Obrigações principais do fornecedor 5

Cláusula 7.ª Conformidade e operacionalidade dos bens 5

Cláusula 8.ª Entrega do bem objeto do contrato 6

Cláusula 9.ª Inspeção e testes 6

Cláusula 10.ª Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias 7

Cláusula 11.ª Aceitação do bem 7

Cláusula 12.ª Garantia técnica 8

Cláusula 13.ª Garantia da continuidade de fabrico 8

Subsecção II - Dever de sigilo 9

Cláusula 14ª Objeto do dever de sigilo 9

Cláusula 15.ª Prazo do dever de sigilo 9

Cláusula 16.ª Patentes, licenças e marcas registadas 9

Secção II - Obrigações do Contraente público 10

Cláusula 17.ª Preço contratual 10

Cláusula 18.ª Condições de pagamento 10

Capítulo III - Penalidades Contratuais e Resolução 10

Cláusula 19.ª Penalidades contratuais 10

Cláusula 20.ª Força maior 11

Cláusula 21º Gestor do contrato 12

Cláusula 22.ª Resolução por parte do contraente público 13

Cláusula 23ª Resolução por parte do fornecedor 13

Capítulo IV - Resolução de litígios 14

Cláusula 24.ª Foro competente 14

Capítulo V - Disposições Finais 14

Clausula 25º Subcontratação e cessão da posição contratual 14

Cláusula 26.ª Comunicações e notificações 14

Cláusula 27.ª Contagem dos prazos 14

Cláusula 28.ª Legislação aplicável 14

PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS 15

Cláusula 29.ª Especificações técnicas aplicáveis a conceção estrutural do camião 15

Cláusula 30.ª Especificações técnicas aplicáveis ao kit de potência e ao sistema de alta pressão 18

Cláusula 31.ª Equipamento de proteção 20

Cláusula 32.ª Acessórios para sistema de vácuo 20

Cláusula 33.ª Acessórios para sistema de alta pressão 21

Cláusula 34.ª Comandos, controlos e outros 22

Cláusula 35.ª Pintura e ferramentas standard 23

Cláusula 36.ª Especificação técnica do chassis, dedicada à montagem da cisterna combinada 25

PARTE I

ESPECIFICAÇÕES JURIDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇOES GERAIS

SECÇÃO I

CONTRATO

Cláusula 1ª
OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a "Aquisição de Camião Limpa Fossas", a efetuar em conformidade com os documentos e condições do procedimento, nos termos do Código dos Contratos Públicos, doravante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Cláusula 2ª
CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. A execução do contrato obedece:

a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;

b) Ao Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conferida pelo Decreto-lei n.º 111/2017, de 31 de agosto;

c) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros.

3. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:

a) O clausulado contratual escrito, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;

b) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo

órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 50.º do CCP;

c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a f) no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a f) do n.º 3 e o clausulado contratual prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

6. Serão ainda considerados textos contratuais de carácter vinculativo todos os demais documentos a que as partes atribuam expressamente essa natureza.

7. Nos termos da alínea d) do nº 1 do art.º 79º do CCP, a autarquia reserva-se o direito de não contratualizar, caso ocorra a indisponibilidade de fundos, nos termos constantes na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, complementada pelo Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho.

Cláusula 3ª

PRAZO

1. O contrato mantém-se em vigor, desde a sua assinatura, até à entrega do bem, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4ª

PREÇO BASE

1. O valor base, para efeitos do presente procedimento é de 295.000,00€ (duzentos e noventa e cinco mil euros), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço (total) apresentado pelos concorrentes não pode ser superior, sob pena de exclusão da proposta, ao parâmetro base do preço previsto no número anterior.
3. O preço base foi fixado atendendo aos preços de mercado, por consulta ao mesmo, para bens do mesmo tipo.

Cláusula 5ª

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Para efeitos do disposto na alínea b) do n. 1 do artigo 71º do CCP, o preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo quando seja igual ou inferior a 50% do

preço base do procedimento

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÔES CONTRATUAIS
SECÇÃO I
OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Cláusula 6ª
OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações:

a) Obrigação de entrega do bem identificado na sua proposta, e em conformidade com o estabelecido nas Cláusulas Gerais e Especiais do Caderno de Encargos, durante o período previsto na Cláusula 8.ª;

b) Obrigação de garantia do bem, nos termos da Cláusula 12.ª;

c) O fornecedor tem que garantir que o veículo fornecido cumpre todas as disposições legais aplicáveis em vigor para a respetiva circulação rodoviária.

2. O fornecedor encontra-se, ainda, obrigado a:

a) Dar formação aos funcionários que a Câmara Municipal entender sobre o bom funcionamento do equipamento durante o período necessário para o efeito.

b) Cumprimento da legislação em vigor, em todas as suas vertentes;

c) Proceder à entrega dos documentos exigidos relativos à execução do objeto do contrato, de acordo com os prazos contratualizados;

d) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

3. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento do bem, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7ª
CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público o bem objeto do contrato com as quantidades, características, especificações e requisitos técnicos previstos nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2. O bem objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade do bem.

4. O fornecedor é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato, que existam no momento em que o bem lhe é entregue.

Cláusula 8ª

ENTREGA DO BEM OBJETO DO CONTRATO

1. O fornecedor fica obrigado a entregar, nas oficinas da Câmara Municipal do contraente público, situadas na Zona Industrial de Miranda do Douro, o bem objeto do contrato a celebrar.

2. O fornecedor obriga-se a entregar o bem objeto do contrato até 60 dias após a data de assinatura do contrato.

3. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do bem objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daquele.

4. O contraente público poderá proceder à reprodução de todos os documentos entregues para seu uso interno exclusivo.

5. Todas as despesas e custos com o transporte para o local de entrega do bem objeto do contrato, e respetivos documentos, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 9ª

INSPEÇÃO E TESTES

1. Efetuada a entrega e instalação do bem objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 5 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar se correspondem às características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos, nas especificações técnicas e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Durante a fase de realização de testes, o fornecedor deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 10ª

INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as suas características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas e presente Caderno de Encargos, a Contraente público deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Câmara Municipal, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a Câmara Municipal, procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo grupo de trabalho, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

Cláusula 11ª

ACEITAÇÃO DO BEM

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 9ª comprovem a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e nele não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e da Câmara Municipal de Miranda do Douro.

2. Com a assinatura do auto de receção respetivo, ocorre a transferência da posse e da propriedade do bem objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

3. A assinatura do auto de receção não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 12ª

GARANTIA TÉCNICA

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois anos, sem limite de Kms, contados a partir da data da assinatura do auto de receção respetivo, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
   a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
   b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
   c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
   d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
   e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
   f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
   g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de 30 dias a contar da data em que o contraente público tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo contraente público e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 13.ª

GARANTIA DA CONTINUIDADE DE FABRICO

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integra o bem objeto do contrato e o próprio género do bem a fornecer pelo prazo de garantia dos mesmos.

SUBSECÇÃO II
DEVER DE SIGILO

Cláusula 14ª
OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 15.ª
PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 16.ª
PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTADAS

1. São da responsabilidade do fornecedor quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, no fornecimento, de quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade intelectual, nomeadamente, propriedade industrial e direitos de autor.
2. No caso de o contraente público ser demandado por infração, na execução do contrato, de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o fornecedor indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for, salvo responsabilidade daquele.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 17
PREÇO CONTRATUAL

1. Pelo fornecimento do bem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Miranda do Douro deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 18.ª
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 - A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal de Miranda do Douro, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela Câmara Municipal Miranda do Douro da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da declaração de aceitação, ou auto de receção, pela Câmara Municipal Miranda do Douro, nos termos da Cláusula 9.ª.

3 - Em caso de discordância, por parte da Câmara Municipal de Miranda do Douro, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

CAPÍTULO III
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 19.ª
PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega de todos os bens objeto do contrato, nos termos neles previstos, de acordo com o presente Caderno de Encargos, nomeadamente:

i. 0, 2% (zero virgula dois por cento) nos quinze primeiros dias de atraso;

ii. 0, 4% (zero virgula quatro por cento) nos quinze dias seguintes dias de atraso;

iii. 0, 6% (zero virgula seis por cento) por cada dia de atraso, a partir do trigésimo dia em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).

b) Pelo incumprimento do dever de reparação ou substituição necessárias para garantir a operacionalidade de todos os bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos, até 4% do preço global contratual;

c) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 4% do preço global contratual;

d) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 4% do preço global contratual.

2. A exigência por parte do contraente público ao fornecedor do pagamento de uma pena pecuniária, nos termos do número anterior, não o exonera do cumprimento da obrigação em falta nem da prática de outros atos inerentes à reposição da normalidade contratual, o mais rapidamente possível.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço global contratual.

4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor nos termos do n.º 1.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 20.ª

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a

respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21.ª

GESTOR DO CONTRATO

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290º-A do CCP, o Município designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

2. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

Cláusula 22ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega de todos os bens objeto do contrato, nos termos nele previstos, de acordo com o presente Caderno de Encargos, superior a dois meses, ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

b) A inobservância, por período superior a 15 dias de calendário, do prazo que lhe for concedido pelo contraente público para proceder às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos;

c) A inobservância, por período superior a 15 dias de calendário, do disposto no n.º 2 da cláusula 19.ª.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 23.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial, salvo nos casos previstos no n.º 1, em que o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, exceto se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 24ª
FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Mirandela, ou de outro que lhe suceda na jurisdição, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 25.ª
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 26.ª
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 27.ª
CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28.ª
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 29.ª
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS APLICÁVEIS A CONCEÇÃO ESTRUTURAL DO CAMIÃO

1. CONSTRUÇÃO DO TANQUE:

- Depósito cilíndrico, fabricado em aço ao carbono S355 J2+N ou superior, com resistência ao vácuo.
- Espessura do tanque: esp. >=6mm, 1,700 Ø.
- Tampas copadas cilíndricas com resistência ao vácuo. Parte frontal de pelo menos 6mm, parte traseira de pelo menos 8mm.
- Forma em U dos reforços em concordância com todas a regras e regulações.
- Variação de pressões +0,5/-1 bar, máxima pressão de trabalho +0.5 bar, máxima pressão de vácuo -1 bar.
- Válvula de descarga com válvula de segurança de pressão.
- Abertura da porta traseira por meio de dois cilindros hidráulicos de duplo efeito que devem possuir mecanismos de segurança para evitar que a porta se feche acidentalmente.
- Fecho da porta traseira por meio de engates hidráulicos ajustáveis.
- Válvula de fecho pneumática que impede o escoamento de resíduos, quando o chassis está em movimento.
- Basculamento do tanque cilindro hidráulico telescópico.
- Capacidade do tanque de lamas: 8000 litros.

2. TANQUES LATERAIS DE ÁGUA LIMPA

Os reservatórios laterais devem ser em polietileno e ter uma curva/forma especial.

A capacidade dos reservatórios deverão ser definidos pela combinação de módulos individuais.

O acabamento final dos painéis laterais, que cobrem os referidos tanques, devem ser em fibra de vidro pintado, maximizando a estética das laterais do veículo, dando uma característica de elegância ao equipamento.

A forma do perfil superior no reservatório também deve servir para garantir que o equipamento esteja menos exposto a batidas e arranhões.

O posicionamento longitudinal destes depósitos, devem permitir manter inalterado o centro de gravidade do conjunto, de forma a favorecer a distribuição de pesos pelos eixos, durante todos os percursos a efetuar pela viatura.

- Capacidade total: 1350 + 1350 = aprox. 2700 litros ou superior (3 + 3 unidades).
- Carregamento por *Storz* 45.
- Sistema de ventilação do reservatório.
- Indicador digital de nível no painel de controlo com aviso luminoso de nível baixo.
- Ligação entre os tanques e a bomba.
- O sistema preconizado deverá garantir a perfeita estabilidade e o devido balanceamento de cargas.
- Capacidade global do tanque em aço carbono (tanque das lamas) e dos tanques laterais em polietileno (tanque de água limpa) no total de 8.000 + 2700 = 10.700 litros.

3. PORTA TRASEIRA

- Porta traseira, com o mínimo de 8 mm de espessura, em aço carbono.
- Abertura de porta traseira através de 2 cilindros hidráulicos com válvula de segurança que previne o fecho acidental da porta traseira em caso de falha do sistema hidráulico.
- Fecho da porta traseira por meio de engates hidráulicos ajustáveis.

4. MEDIDOR DE NÍVEL

- Indicador de nível de lamas com vigias, instalado na porta traseira do tanque.

5. VÁLVULA DE CARGA

- Válvula de carga de 4" (Ø 100) em ferro fundido/aço inoxidável controlada manualmente na traseira, com tubo interno, flange e sistema anti-retorno.
- Adequado para tanques em aço ao carbono.
- Equipado com acoplamento rápido esférico e tampão.
- Válvula manual para amostragem de resíduos.

6. VÁLVULA DE DESCARGA PNEUMÁTICA

- Válvula de descarga de 6" (Ø 150) em ferro fundido / aço inoxidável completo com acoplamento rápido esférico e tampão controlado pneumaticamente.
- Adequado para tanques em aço carbono.
- Válvula manual para amostragem de resíduos.

7. SISTEMA DE BASCULAMENTO DO TANQUE

- Sistema de basculamento do tanque com cilindro hidráulico telescópico, com válvula de controlo electro-hidráulico, válvula de segurança e luz de aviso dentro da cabine.

- Sistema de basculamento do tanque deve facilitar a descarga e permitir uma fácil manutenção.
- Aparadeira em aço inoxidável, aparafusada ao tanque, para facilitar a descarga e manter a área na parte de trás do veículo limpa.
- Basculamento do tanque a pelo menos 35°.
- A aparadeira traseira deverá estar dividida em 2 partes para permitir o basculamento do tanque num angulo de pelo menos 35°.

8. SUB-CHASSIS

- O subchassis deve atuar como suporte da superestrutura sem que se tenha que efetuar qualquer alteração no chassis.
- O subchassis é composto por ~~dois~~ perfis de aço de alta qualidade, sustentados por barras transversais e dispositivos para garantir a máxima estabilidade, de acordo com as diretrizes do fabricante do chassis.
- Deverá ser fixado ao chassis do veículo usando dispositivos adequados (parafusos, porcas, suportes, resistentes e fáceis de desmontar), de modo a garantir a máxima estabilidade de todo o veículo em todas as condições de carregamento do equipamento.

9. COBERTURA ENTRE A CABINE E TANQUE

- A cobertura deve ser desenhada para otimizar a montagem dos componentes principais e oferecer um fácil acesso a ações de manutenção.
- A bomba de vácuo e a bomba de alta pressão deverão ter um fácil e seguro acesso, pelo que deverão ser montadas por trás da cabine do chassis, de forma a facilitar os trabalhos de manutenção.
- As coberturas de fibra de vidro deverão possuir portas, que poderão ser abertas, para aceder ao kit de energia, garantindo uma linha estética perfeita entre a cabine e o tanque.

10. CAIXAS LATERAIS

- Estrutura das caixas laterais em aço inoxidável.
- Fundo hermético com bandeja de recolha e válvula de esfera de descarga.
- Portas de abrir/fechar em fibra de vidro.
- Dobradiças e fechaduras em aço inoxidável.
- Almofada de borracha para proteger as portas quando estão abertas.
- Tira LED de 1,5 m de comprimento com forro à prova de choque para a iluminação

interior dos *racks* de mangueira.

- Ilumina perfeitamente o interior do compartimento, permitindo que as ferramentas sejam usadas / armazenadas mesmo com pouca iluminação na área de trabalho.

11. OUTRAS CARATERISTICAS

- Cobertura da área entre-eixos do chassis, "pára-ciclistas", em alumínio;
- Guarda-lamas de material termoplástico.
- Palas em borracha
- Luz rotativa em LED entre a cabine e o tanque, controlada desde a cabine.

Cláusula 30.ª

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS APLICÁVEIS AO KIT DE POTÊNCIA E AO SISTEMA DE ALTA PRESSÃO

1. SISTEMA DE VÁCUO

- Bomba de palhetas de vácuo tipo PM110 ou equivalente, posicionada atrás da cabine numa estrutura em aço.
- Débito mínimo de 984 m3/h ou 16.400 l/min, valor máximo teórico vácuo 95% e máxima pressão 1 bar.
- Operação mecânica por meio de correias e polias com uma embraiagem incorporada.
- Refrigeração de água com bomba centrífuga e refrigerante.
- Dispositivo de segurança automático para evitar o sobreaquecimento do descompressor.
- Tanque de refrigeração com indicador luminoso de nível e com sistema de respiro automático.
- Permutador de calor para o arrefecimento do descompressor
- Lubrificação contínua efetuada através da bomba de óleo integrada no compressor.
- Válvula pneumática de 4 vias para inversão de pressão/vácuo
- Válvula de retenção.

2. FILTRO PURIFICADOR

- Ciclone separador de humidade de grande capacidade, fabricado em aço galvanizado ou inoxidável e equipado com válvula de segurança interna e indicador de nível, concebido para reduzir o fluxo de ar aspirado do depósito e para reter as impurezas dos líquidos e das lamas.
- Válvula de descarga manual.

3. FILTRO DE SEGURANÇA

- Filtro de segurança com cartucho lavável, fabricado em aço inoxidável, para reter pequenas impurezas sólidas, colocado entre o separador de humidade e a bomba de vácuo.
- Postigo de inspeção de abertura rápida.
- Válvula de escoamento.

4. SILENCIADOR SEPARADOR DE ÓLEO

- Filtro silenciador ecológico instalado na saída da bomba de vácuo, destinado a recuperar o óleo de lubrificação da bomba de vácuo.
- Este dispositivo deve ser de abertura fácil, para permitir a limpeza ou substituição do cartucho do filtro.

5. BOMBA DE ALTA PRESSÃO

- Bomba de alta pressão tipo Pratissoli MW40, ou equivalente, de pistões.
- Capacidade de pelo menos 211 l/min.
- Max. pressão de pelo menos 210 bar.
- Situada atrás da cabine numa estrutura de aço adequada.
- Operação mecânica por meio de correias e polias com uma embraiagem incorporada.
- Bomba de sobrealimentação auto-ferrante
- A bomba de alta pressão e a bomba de vácuo devem poder funcionar em conjunto.

6. VALVULA REGULADORA DE PRESSÃO

- De controlo pneumático
- Com desvio de água para o depósito

7. ELETROACÚSTICO/ VISUAL NIVEL MINIMO DE ÁGUA

- Sensor de nível para o tanque de água limpa com bypass da bomba e alarme visual acústico quando o nível mínimo é atingido.
- O alarme deve poder ser desativado para completar o trabalho com a quantidade residual disponível.

8. FILTRO DE ÁGUA

- Filtro especial para areias, com cartucho interno em aço inoxidável
- O filtro deverá estar instalado à frente da admissão da bomba de alta-pressão

9. DIVERSOS

- A tubagem da bomba de vácuo deverá ser fabricada em aço pintado, sempre conectada, com possibilidade de sucção, mesmo com o tanque levantado.
- As mangueiras da bomba de alta pressão devem ter válvulas de descarga e terem ponteiras em aço inoxidável

Cláusula 31.ª

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO

1. TOMADA DE FORÇA (PTO)

- Tomada de força integrada na transmissão do veículo, entre a caixa de velocidades e o diferencial, de forma a fazer uso de toda a potência do veículo.
- Transmissão para o descompressor e para a bomba de pistões através de correias e polias equipadas com uma embraiagem incorporada.
- Ativação da PTO por meio de controlo pneumático, que deverá localizar-se na cabine e de fácil acesso pelo condutor.
- Possibilidade de operação das duas bombas em simultâneo.

2. OPERAÇÕES COMBINADAS, TRANSMISSÃO MECÂNICA.

- O equipamento deverá ser desenhado e construído para efetuar operações combinadas da bomba de vácuo e bomba de alta pressão.
- A operação do equipamento deverá possibilitar a otimização do consumo da potência necessário, para realizar as várias operações.
- O equipamento deverá incluir um sistema que minimize a velocidade do motor e restaure a sua rotação original após a ativação de cada bomba, automaticamente. Com esta função, pretende-se um menor consumo de combustível e um menor desgaste dos componentes mecânicos.

Cláusula 32.ª

ACESSÓRIOS PARA SISTEMA DE VÁCUO

1. SAÍDA DIRETA PNEUMÁTICA DO CICLONE PARA O TANQUE

- O ciclone instalado na linha de vácuo deverá ser equipado com uma válvula de saída pneumática para a descarga do material que tem depositado dentro dele.
- Usando um controlo no painel de comandos, o equipamento deverá realizar uma sequência automática, esvaziando o material do ciclone que é então levado de volta ao tanque de lamas.

Cláusula 33.ª

ACESSÓRIOS PARA SISTEMA DE ALTA PRESSÃO

1. CARRETEL TRASEIRO EM AÇO PINTADO PARA MANGUEIRA 1'' OU ¾''

Deve ser/possuir:

- Suspenso sobre a porta traseira do depósito.
- Giratório, com um ângulo de rotação de até 180°
- Botão de paragem pneumático, que permita a paragem nas diferentes posições intermédias.
- Rotação por motor hidráulico, pinhão e corrente devidamente protegidos.
- Regulador de caudal para otimizar a velocidade de enrolamento/ desenrolamento.
- Guia de mangueira manual.
- Destorcedor e válvula de expulsão.
- Caixa de comando com as seguintes funções:
  - Acelerador do motor do chassis;
  - Paragem pneumática do carretel de mangueira, nas posições intermédias;
  - Regulador de pressão da água;
  - Abertura/fecho da válvula de expulsão;
  - Regulador de caudal para a velocidade de enrolamento/desenrolamento;
  - Regulação de pressão;
  - Manómetro;
  - Interruptor de emergência;
  - Acionamento da bomba de vácuo;
  - Acionamento da bomba de alta pressão;
- Munido de 80 m de mangueira com malha de aço de alta pressão de 3/4":
  - Mangueira de seção única, sem interrupções, feita de borracha sintética resistente.
  - Reforço da mangueira com malha de arame de aço de alta resistência.
  - Intervalo de temperatura admitido para operação: - 40 ° C a + 120 ° C
  - Cumprimento da norma EN 1829-2.

2. CARRETEL DE MANGUEIRA MANUAL DE ½" EM AÇO INOXIDÁVEL

Deverá ser/possuir:

- Suspenso no lado direito da traseira do camião;
- De rotação manual, através do volante manual com dispositivo de bloqueio pneumático.
- Destorcedor e válvula de expulsão.
- Munido de 40 m de mangueira de alta pressão de ½" com revestimento em malha de aço e respetivas ligações:

- Mangueira de secção única, sem interrupções, feita de borracha sintética resistente;
- Reforço com malha de arame de aço de alta resistência:
- Intervalo de temperatura admitido para operação: - 40 ° C a + 120 ° C
- Seguindo a norma EN 1829-2.

Cláusula 34.ª

COMANDOS, CONTROLOS E OUTROS

1. PAINEL TRASEIRO

- Caixa de comando em aço inoxidável instalada na traseira:
  - Fabricada em aço inoxidável e hermeticamente fechada;
  - Iluminação interna;
  - Controlo elétrico da aceleração (rpm);
  - Inicio de ciclo;
  - Inversão do descompressor;
  - Ventilação do ciclone / tanque;
  - Regulador da pressão de água;
  - Exclusão do sensor de água final;
  - Pressão/*by-pass;*
  - Medidor de nível de água em sistema digital LED ou equivalente;
  - Controlo pneumático da válvula de enchimento;
  - Basculamento do tanque;
  - Abertura da porta traseira;
  - Abertura / fecho dos ganchos hidráulicos;
  - Botão de paragem de emergência;
  - Regulador da bomba de vácuo;
  - Regulador de pressão da água;
  - Comandos para outras opções opcionais;
  - Conexão da Tomada de força com aviso luminoso.

- Caixa de comando dentro da cabine:
  - Interruptor luminoso rotativo, botão ON/OFF para a tomada de força com o respetivo indicador e indicador de basculamento do depósito
  - Contador de horas da tomada de força

2. LUZ DE TRABALHO EM LED

- Luz de trabalho em LED, com a potência adequada, para proporcionar uma iluminação ideal da área de trabalho da mangueira de sucção.
- Ligar/desligar na caixa de controlo principal.

3. CAIXA DE FERRAMENTAS

- Caixa de ferramentas em polietileno
- Porta com fechadura e chaves
- Instalada num suporte em aço adequado
- Dimensões mínimas (mm): comprimento 600, altura 460, profundidade 450.

4. ABERTURA DA PORTA TRASEIRA E BASCULAMENTO DO TANQUE USANDO O COMANDO DE BOTÕES
   - Controle remoto com fio para a operação remota das seguintes funções:
     - Basculamento do tanque
     - Abrir a porta traseira
     - Abrir / fechar os ganchos hidráulicos
   - O painel de botões deverá ser arrumado numa caixa de aço inoxidável construída para o efeito e que deverá possuir uma tampa com bloqueio de chave.

5. SISTEMA DE MEMÓRIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

O equipamento deverá possuir um sistema de memória das condições de trabalho (REPLAY) de forma a simplificar o uso do equipamento.

Através deste sistema de lógica programável instalado a bordo, deverá ser possível personalizar as várias funções ótimas de trabalho, baseado em necessidades operacionais de acordo com o tipo de trabalho a executar. Uma vez que as configurações ótimas sejam identificadas, tais como, a velocidade de rotação, a pressão da bomba, etc, deverá ser possível armazenar o ciclo operacional do equipamento e tê-lo repetido automaticamente sempre que necessário.

O dispositivo deverá possibilitar economizar uma quantidade considerável de tempo e, em combinações mais complexas, deverá garantir a segurança total das operações.

O equipamento deverá ser programado usando o painel de controle localizado no lado direito do veículo.

Cláusula 35.ª

PINTURA E FERRAMENTAS STANDARD

1. EQUIPAMENTO PINTADO

1.1. DEPÓSITO

- Pintura do tanque no RAL definido pelo adjudicatário com o seguinte procedimento, ou um processo comprovadamente melhor ou compatível:
- Decapagem por granalha de aço Grau SA 2.5, lavagem e desengorduramento com detergente solúvel em água.

- Pintura interior: 1 demão de primário epóxi
- Pintura exterior: 2 demãos de primário epóxi, com uma espessura de aprox. 30-40 µm
- Pintura final:
    - demãos de esmalte acrílico, com uma espessura total de aprox. 30-40 µm
    - na mesma cor que a cabina

1.2. PAINÉIS DE FIBRA DE VIDRO

Pintura da cor RAL da cabine da viatura

1.3. SUB CHASSIS, BOMBAS E OUTROS COMPONENTES

Pintura em cinzento RAL 7021

2. DIVERSOS

• Sistema composto por uma camara posicionada na parte traseira do veículo e um monitor a cores de 7" localizada na cabine do condutor.

• Ativação automática do sistema de vídeo ao engatar a marcha-atrás do veículo.

• Presença de um microfone para comunicações entre o operador e o condutor.

• Possibilidade de conectar pelo menos até 3 camaras.

• Rádio controle remoto com as seguintes funções:
    - Movimento do braço de sucção ou bobina de sucção com braço hidráulico através de um joystick;
    - Válvula de admissão (seleção a partir da caixa de comando);
    - Válvula de descarga;
    - Ventilação do ciclone / tanque;
    - Aceleração;
    - Inversão do descompressor;
    - Seleção do ciclo de operação (Pressão – Combinado – Vácuo);
    - Inicio de ciclo;
    - Seleção de carretel de mangueira a.p. (mangueira 1 ou mangueira 2);
    - Enrolamento/desenrolamento de carretel de mangueira de a.p. (o selecionado);
    - Seleção de pressão ou reciclagem;
    - Regulação continua de pressão.

• Mangueira de secção de Ø 100 PVC, com comprimento de cada unidade de 2.5 m, ligado com acoplamentos esféricos macho e fêmea.

Cláusula 36.ª

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO CHASSIS, DEDICADA À MONTAGEM DA CISTERNA COMBINADA

1. UTILIZAÇÃO E COMPONENTES PRINCIPAIS

- Motor Euro 6 com pelo menos 7.700cm3
- Potência mínima de 320 cv às 2100 rpm.
- Binário de pelo menos 1200 Nm, atingido a uma rotação igual ou inferior a 1100 rpm.
- O binário máximo deve estar disponível numa gama de rotações de pelo menos 500 rpm, acima do início da curva onde este binário passa a estar disponível.
- Regime económico com início à rotação máxima de 1050 rpm
- Este regime económico deverá estar disponível durante um intervalo de rotações mínimo de 600 rpm
- 19 toneladas de peso bruto
- Utilização em topografia montanhosa
- Chassis adequado à montagem de Cisternas
- Largura máxima ≤ 2500mm, excluindo espelhos
- Espelhos p/ superstrutura com 2550mm de largura
- Cabina com três lugares;
- Distância de entre eixos mais favorável à correta distribuição de pesos pelos eixos, que deverá estar compreendida entre 4000 e 4300mm.
- Caixa de velocidades de comando automático, sem conversor de binário, com um mínimo de 12 velocidades de avanço e quatro de recuo:
  - Com possibilidade de mudança de velocidades manual.
  - Dimensionada para um binário de 2400 Nm.
  - Deverá permitir a mudança de velocidades rápida com uma interrupção mínima na distribuição do binário durante a mudança de velocidades.
  - Esta caixa deverá dispensar o uso de pedal de embraiagem.
- Travão auxiliar através de travão motor com pelo menos 170kw.
- Travão de escape com pelo menos 120kw
- Eixo motriz composto por diferencial com bloqueio e com sistema planetário de redução complementar aos cubos e bloqueio de diferencial

2. LAYOUT DO CHASSIS

- Suspensão da frente com molas parabólicas
- Eixo dianteiro com pelo menos 8 T de capacidade
- Programa Eletrónico de Estabilidade
- Barra estabilizadora na frente

- Barra estabilizadora traseira
- Eixo motriz com capacidade técnica de pelo menos 13ton
- Travões de disco em todos os eixos/rodas
- EBS – Gestão eletrónica do sistema de travões
- Suspensão traseira pneumática com comando electropneumático da suspensão.
- Com sistema travagem anti-bloqueio (ABS)
- Baterias com 225 Ah, com corta corrente na caixa de baterias
- Depósito de combustível com capacidade maior ou igual a 300 L
- Depósito AdBlue com pelo menos 30 litros de volume utilizável.
- Depósitos de gasóleo e AdBlue com chave
- Depósito de Gasóleo com Bocal Anti-Derrame e Anti-Roubo
- Calços de roda
- Luzes/refletores laterais cor âmbar
- Cavilha de reboque à frente
- Depósitos de ar em aço

3. PNEUS E JANTES

- Jantes em aço
- Pneus do eixo da frente 315/80R22.5 tubeless
- Pneus do eixo motor 315/80R22.5 tubeless
- Pneu sobresselente igual aos da frente
- Macaco para substituição de pneus
- Jogo completo de ferramentas para desempanagens ligeiras (substituição pneus)

4. LINHA MOTRIZ

- Radiador de óleo da transmissão de comando automático
- Seletor de velocidade em posição ergonómica, junto do volante
- Compressor cilindrada igual ou superior a 700 cm3 e com um débito mínimo de 1000 l/min
- Entrada de ar alta com respetivo filtro de ar
- Capacidade do alternador 24V-110 A
- PTO alta velocidade flange 1000 Nm
- Paragem do motor quando se encontra ao "ralenti" superior a 3 minutos
- *Cruise control*

5. INTERIOR DA CABINA

- Volante à esquerda
- Tacógrafo digital automático, de acordo com a legislação atualmente em vigor, para dois motoristas
- Limitador de velocidade 90 km/h
- Ar condicionado
- Áudio com Bluetooth para emparelhamento de telemóvel
- Vidros laterais (das portas) com elevadores elétricos
- Aviso sonoro de marcha-atrás
- Aviso de colisão frontal com travagem de emergência
- Sistema de aviso de saída da faixa de rodagem
- Tomadas elétricas de 12V e de 24V no tablier
- Extintor c/ legendas em português
- Kit Primeiros Socorros
- Lotação de três lugares, forrados com napa, com cintos de segurança de cor preta
- Banco de condutor pneumático, com múltiplas regulações e cinto integrado no banco
- Banco de passageiro com dois lugares, independentes entre eles
- Bancos protegidos com capa em napa, lavável e substituível
- Instrumentação/computador de bordo em português
- Manual do condutor em português
- Triângulo de sinalização de perigo
- Tapetes de borracha
- Luz interior branca

6. EXTERIOR DA CABINA

- Cor branco
- Vidros coloridos
- Fecho das portas c/ comando remoto
- Proteção inferior dianteira anti-encastramento de viaturas de menores dimensões
- Rede de proteção do radiador
- Basculamento hidráulico da cabina
- Suspensão da cabina
- Espelhos com comando e aquecimento elétrico
- Espelho auxiliar fixo à frente, sob a pala de sol
- Pala de sol exterior fumada, sobre o para-brisas dianteiro

- Luz de condução diurna em LED
- Ajuste da altura dos faróis
- Faróis de nevoeiro
- Pré-instalação para luzes rotativas
- Buzina pneumática atrás da grelha

7. OUTROS

- Central elétrica carroçadores com BBM (módulo comando carroçadores)
- Veículo com homologação europeia *Fcombust*
- Decoração da viatura, com informação e ficheiros a disponibilizar *a posteriori* pela entidade adjudicante.

Miranda do Douro, 29 de março de 2022

A técnica superior,

Olga Andrade